

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NOS DIAS 12 E 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Nos dias doze e treze do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, no Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília/DF, foi realizada a **Décima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – Gestão 2010-2013**, para tratar da seguinte **Pauta**: **1º)** Lançamento da Campanha: “MULHERES QUE INOVAM”; **2º)** Abertura DA 11ª Reunião e Informes da Ministra (pela NBR ao Vivo e transmissão online SERPRO); **3º)** Informes: a) da **Secretária Executiva da SPM – Lourdes Bandeira**; b) da **Secretária Aparecida Gonçalves**; da **Secretária Vera Soares**; c) da **Secretária Tatau Godinho**; da **Assessora Especial Sônia Malheiros** sobre a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD) e o Questionário do Programa de Ação do Cairo – Secção 7; da **Assessora Parlamentar Regina Adami**; **4º)** Aprovação da ATA; **5º)** Informes da Coordenação Geral do CNDM; **6º)** Justificativas de Ausências; **7º)** Escolha de 2 Conselheiras Governamentais e 2 Conselheiras da Sociedade Civil para comporem o Conselho Consultivo do Observatório; **8º)** Informes das Conselheiras (offline); **9º)** Conselheira Maria Goretti, da LBL, pede espaço na pauta para expor a situação dos assassinatos de mulheres lésbicas em 2012 – NOTA DE REPÚDIO; **10º)** Informes das Câmaras Técnicas (online); **11º)** Calendário e proposta de Plano de Ação para ANO 2013. **Estiveram presentes as seguintes conselheiras governamentais:** **I) Ministra Eleonora Menicucci** – Secretaria de Políticas para as Mulheres; **II) Lourdes Bandeira** – Secretária-Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres- SPM; **III) – Mônica de Oliveira** - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; **IV) Gleidy Braga Ribeiro** – suplente (SG/PR); **V) Magaly de Carvalho Correa Marques** - Casa Civil da Presidência da República – PR; **VI) Thaís Borges da Silva P. Werneck** (MinC) **VII) Teresa Sacchet** - Suplente Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS; **VIII) Antônia da Silva Samir Ribeiro** – Ministério do Meio Ambiente - MMA; **IX) Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso** – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG; **X) Leonor da Costa** (MTE) e **Adriana Rosa dos Santos** – suplente (MTE) **Representantes da Sociedade Civil:** **XI) Gloria Márcia Percinoto** – Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica - ABMCJ ; **XII) Justina Inês Cima** – Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; **XIII) Lucia Rincon** – União Brasileira de Mulheres – UBM; **XIV) Maria Goretti Gomes** – Liga Brasileira de Lésbicas – LBL; **XV) Rosane da Silva** – Central Única dos Trabalhadores – CUT; **XVI) Maria das Graças de Figueiredo Costa** – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA; - **XVII) Marilda Castelar** – Conselho Federal de Psicologia – CFP; **XVIII. Isis Tavares Neves** (CNTE); **XIX) Viviane Barbosa Oliveira** – União Nacional de Estudantes (UNE); **XX) Jacqueline Pitanguy** – Conselheira Notório Saber; **XXI) Clara Charf** – Conselheira Emérita; **Vera Lúcia Ubaldino Machado** – Rede Economia e Feminismo – REF; **Convidadas: Mara Regina Dall’negro** (BPW) e **Esther Baltazar Alvim** (MTE). Estiveram também presentes integrantes da Secretaria de Políticas para Mulheres/SPM: **Linda Goulart** (Chefe de Gabinete da SPM), **Ana Teresa Iamarino** (Diretora da Secretaria de Enfrentamento à Violência), **Tatau Godinho** (Secretária de Planejamento e Gestão), **Vera Soares** (Secretária de Articulação Institucional), **Sônia Malheiros** (Assessora Especial), **Raimunda Celestina** (Assessora Especial), **Rosângela Rigo** (Diretora de Programas da Secretaria de Articulação Institucional); **Nei Bomfim** – (Assessor Especial de Comunicação), **Graça Carvalho** (Coordenadora-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração), **Maria de Lourdes Rodrigues** (Coordenadora-Geral de Diversidade – SAIAT) **Leila Ollaik** (Gestora); e **Lucia I.Reali Lemos** (Coordenadora-Geral do CNDM). Justificaram ausências: **Estela Aquino** (ABRASCO); **Vera Lúcia Ubaldino Machado** – Rede Economia e Feminismo (REF); **Gláucia Morelli** (CMB); **Antonia da Silva Samir** (MMA); **Sonia Maria Zerino** – suplente (CNTI). As Conselheiras: **Maria José Araújo** (RNFS); **Maria das Dores do Rosário Almeida** (AMNB); **Sueli Maria de Fátima Santos** (FENATRAD) e **Silvana Veríssimo** (FNMN) e **Maria Betânia Ávila** (Notório Conhecimento), não compareceram à reunião devido a problema burocrático com as passagens. (**Ministra Eleonora Menicucci** abre a 11ª Reunião Ordinária saudando a todos e a todas e comunica (offline) que antes da abertura oficial

53 deseja apresentar as quatro formandas, cursistas convidadas pela SPM para participarem da
54 cerimônia de lançamento, no Palácio do Planalto, da Campanha de Qualificação das Mulheres pelo
55 Pronatec –“Mulheres que Inovam”, dizendo que a sua presença deu uma dimensão muito
56 importante ao evento e solicita que cada uma fale rapidamente sobre sua experiência. Antes,
57 porém, a Ministra informa às formandas que ali estava reunido o Conselho Nacional dos Direitos
58 da Mulher, de composição tripartite – constituído pela Sociedade Civil, por Conselheiras de
59 Notório Saber e por Representantes do Governo Federal. Informa que o CNDM faz o controle
60 social da nossa Secretaria. Em seguida, a Ministra apresenta as convidadas: **Maria Raquel da**
61 **Silva Barros**, natural de Juazeiro do Norte, que é pedreira, formada pelo SENAI e concluiu o curso
62 de eletricitista, pelo Pronatec; **Valdelice de Lima Sousa**, também de Juazeiro do Norte, que trabalha
63 com manutenção de máquina industrial de costura; **Ana Paula Rodrigues**, que fez o curso de
64 mecânica e **Débora Aparecida**, de Aparecida de Goiás, que também fez o curso de mecânica. A
65 Ministra passa a palavra para as convidadas e a primeira a falar foi **Valdelice de Lima Sousa**, que,
66 após cumprimentar a todas as pessoas presentes, **inicia** dizendo que sua história começou depois
67 do Pronatec; trabalhava com costura, em casa, sozinha, mas depois do curso tudo mudou, pois
68 começou a fabricar mais e a arrumar as suas máquinas e as das amigas, mas descobriu que não era
69 só aquilo que queria fazer. Comprou mais máquinas e contratou pessoas para trabalharem com ela,
70 em curto espaço de tempo. Hoje, “depois dessa vinda para cá, descobri que tem mais para eu
71 descobrir para frente”. Acha que o Pronatec “foi uma boa idéia de quem inventou”, pois para as
72 mulheres, foi um pontapé inicial para o começo – para tomarem o lugar dos homens; diz que o
73 Pronatec foi tudo para ela e espera que o seja também para as outras mulheres e parabeniza as
74 pessoas que o criaram. Em seguida, falou **Maria Raquel da Silva Barros**, para quem “o Pronatec
75 concluiu a mudança na minha vida”, que começou a mudar mesmo a partir do Programa Minha
76 Casa, Minha Vida, onde se tornou pedreira; fez o curso e trabalhou por um ano e dois meses,
77 tomando gosto pela construção civil. Conheceu o Pronatec através do SENAI, fez o curso e está
78 atuando na área de eletricidade, trabalhando como eletricitista e com carteira assinada. Arranjou
79 emprego depois de um mês da conclusão do curso, já com carteira assinada. É muito grata “pelas
80 oportunidades que estou tendo, por tudo, por descobrir que tem tantas mulheres que torcem pela
81 gente, acreditam na gente, agradeço muito a vocês por lembrar que a gente existe”. A **Ministra**
82 **Eleonora** solicita a Raquel que fale rapidamente sobre seu plano de ir para Fortaleza e sobre o
83 comentário que fez sobre a família. Maria Raquel responde que seu plano “é crescer mais e mais”
84 na empresa em que está trabalhando, tem uma proposta para trabalhar em Fortaleza. Quanto à
85 segunda solicitação da Ministra, Maria Raquel informa que é a única mulher no campo de trabalho
86 – todos são homens no escritório – e ela trabalha “no meio da obra”. Perguntaram –lhe o que seu
87 esposo fazia e ela respondeu: “lá em casa nós somos a família do século 21, meu marido cuida das
88 crianças e eu trabalho fora”. A próxima a falar foi **Ana Paula Rodrigues**, que, após cumprimentar
89 as pessoas presentes, declarou ser separada há três anos, e mãe de três filhos. Diz que conheceu a
90 mecânica quando trabalhou na Mabel, onde ficou por dois anos na limpeza e nos três últimos
91 meses fora trabalhar na mecânica. Ali fazia limpeza mas começou a se interessar pela área e
92 resolveu “ir atrás desse sonho que tinha acabado de conhecer”. Foi ao SENAI, pois descobrira no
93 colégio onde estudava que ali havia curso de manutenção de máquinas. Ao chegar, perguntou se
94 aceitavam mulher, e o atendente respondeu que em geral só havia homens, mas ele iria se informar.
95 Ela foi aceita e começou o curso. Ao entrar na sala, só havia homens – “todo mundo me olhou
96 meio assim e falou para mim: você vai fazer curso de quê?” Ela respondeu: Manutenção de
97 Máquina Industrial. A turma era de 22 alunos, com 3 mulheres, que enfrentaram preconceito no
98 início (inclusive, um colega que se formou e nunca falou com elas); mas venceram a resistência e
99 se tornaram amigas “de todos os mecânicos, graças a Deus”. Saiu em busca de trabalho, mas
100 enfrentou outro preconceito: a falta de experiência; fazia as entrevistas, passava em tudo, mas não
101 tinha a experiência exigida. Até que seguiu o conselho de um ex-professor do SENAI: entrar numa
102 empresa em outra área, conhecer as máquinas e fazer o processo seletivo interno. Foi o que ela fez
103 e estava aguardando o processo seletivo, marcado para dali a dois meses. Além disso, inscreveu-se
104 no curso de torneiro mecânico e de técnico em eletromecânica. As pessoas questionam, umas
105 dizem que ela é doida e nunca arrumará emprego; outras, dizem que ela está fazendo serviço de
106 homem e que deveria ter nascido homem. Ela responde que não, que faz o que gosta. Conclui
107 dizendo que apesar de “sermos mulheres, nós temos que lutar pelos nossos objetivos e por aquilo
108 que a gente gosta. Para mim é um prazer muito grande estar aqui, ver tantas mulheres envolvidas

109 em busca de grandes realizações para nós, para cada uma de nós e sabendo que estão reconhecendo
110 realmente os nossos direitos de mulher”. Por último, **Débora** se apresentou, dizendo que havia feito
111 o curso de mecânica de máquinas industriais pelo Pronatec, a convite de sua irmã. No começo não
112 gostou muito, mas passou a gostar e completou o curso de três meses. Ainda não arranhou emprego
113 pelas razões já apontadas - o preconceito, que existe tanto dentro de casa, como nas empresas. Mas
114 afirma que não vai desistir de procurar o trabalho. Informa que é solteira e mãe de 5 filhos. A
115 Ministra agradece e solicita que se passe o vídeo exibido na parte da manhã, no Palácio do
116 Planalto, sobre a Campanha “Mulheres que Inovam”. Após a apresentação do vídeo, a Ministra
117 relata às pessoas presentes como se deu a parceria com a Rede Globo – que teve início a partir de
118 uma conversa entre ela e a **Ministra Teresa Campelo**; a Globo se colocou à disposição para fazer
119 a campanha gratuitamente e disponibilizá-la (sem **a sua marca** para todas as emissoras que
120 aderirem . A partir da divulgação naquele dia (12 de novembro), a campanha deveria ir ao ar ainda
121 naquela semana. Em seguida, **a Ministra Eleonora** menciona a questão do quorum, considerando
122 que ainda faltavam algumas Conselheiras para completar o número mínimo de 22 e abre para uma
123 discussão sobre o melhor procedimento nesse caso. Ressalta-se que muitas ausências foram
124 justificadas, tanto da parte das representantes da Sociedade Civil, quanto das Governamentais. A
125 Ministra lamenta a situação, inesperada para ela, inclusive por ter chegado do Chile, na véspera, e
126 abre uma discussão para que se encontre uma solução para o problema. Passa a palavra para a
127 **Secretária Vera Soares (SAIAT)**, que, após cumprimentar a todas e todos, pergunta se existe a
128 previsão de chegada de mais alguém e sugere que se faça uma troca de informes. A **Conselheira**
129 **Jacqueline Pitanguy** pede a palavra e destaca três questões: uma, refere-se à justificativa pelas
130 ausências – que ela considera normal, uma vez que podem surgir imprevistos que impedem a
131 participação da Conselheira. Em segundo lugar, chama a atenção para o fato de 5 Conselheiras não
132 terem comparecido devido ao elevado custo das passagens - o que, na sua opinião, deveria ser
133 discutido naquele momento, avançando-se um pouco mais na discussão sobre a questão da logística
134 para a organização das reuniões do Conselho. Alega que, no seu entendimento, não se justifica a
135 situação, uma vez que as reuniões são marcadas com antecedência e que já se sabia da existência de
136 um feriado (Proclamação da República) logo após a realização daquela 10ª Reunião. Entende que
137 deve haver um meio para impedir que tal situação aconteça. Informa que a **Conselheira Maria**
138 **Betânia** não compareceu por esse motivo e que a **Conselheira Glória Márcia** solicitara que o
139 tema fosse levantado na reunião (solicitação apoiada por ela, Jacqueline Pitanguy); afirmou que
140 outras Conselheiras também apoiaram, incluindo **Cláudia Prates**. Sugere que se converse com
141 tranquilidade sobre o assunto, aproveitando que o mesmo não estava na pauta, não era regimental.
142 A terceira questão a destacar, referia-se às eleições municipais, outro tema que poderia ser
143 discutido, caso as Conselheiras concordassem, supondo-se que talvez alguém tivesse algo a dizer
144 sobre o assunto. A **Conselheira Graça** pede a palavra e após cumprimentar a Ministra e pessoas
145 presentes, diz que se sente muito contemplada pela fala de Jacqueline Pitanguy, mas reitera que a
146 situação merece uma reflexão do CNDM, porque “não pode transparecer que uma questão de
147 logística afeta de tal forma o sentido político do Conselho” – o que constitui a sua maior
148 preocupação. Considera que a reunião poderia ter sido adiada para depois do feriado e reitera a
149 necessidade de uma reflexão, pois incomoda também o fato de irem “diminuindo politicamente” e
150 o “nosso lugar, construído numa perspectiva histórica, se enfraquece com isso”. Em seguida, a
151 **Conselheira Marilda** tomou a palavra, dizendo ter duas questões a tratar: uma, em relação à
152 possibilidade de haver quorum no dia seguinte, convocando-se as Conselheiras governamentais,
153 residentes em Brasília. Declara que concorda com as colocações feitas até aquele momento, e que a
154 sua segunda questão refere-se à reunião da Câmara Técnica, realizada na parte da manhã e que não
155 foi concluída devido à falta de tempo e caso alguma Câmara não tivesse se reunido, poderiam
156 aproveitar o tempo reunindo-se ainda, considerando a importância daquela instância de assessoria .
157 A **Conselheira Goretti** apresentou-se a seguir, “trazendo um pouco para somar com a questão que
158 a Graça levanta e a Jacqueline”. Afirma que estão atentas de fato, enquanto organização, para “não
159 permitir que companheiras conselheiras sejam prejudicadas porque a ansiedade de estar na reunião
160 das conselheiras é enorme, porque nós temos muitas demandas”. Até a véspera temos esperança de
161 vir e receber um e-mail dizendo que é impossível devido à passagem aérea, “é uma coisa muito
162 forte, é uma notícia que chega à conselheira de uma forma muito deselegante e muito angustiada
163 porque nós sabemos a responsabilidade que temos e quais os espaços que nós temos para estarmos
164 debatendo as questões importantes”.Mas, acredito que temos que levar à frente esta reunião, mas

165 considerando que as ausências são importantes, são companheiras que iriam deliberar conosco,
166 enriquecer o nosso debate. Em relação à organização existe esse fato e outros que também temos
167 que discutir, como a questão de como chegamos a Brasília – onde estamos e como estamos, porque
168 viemos de outros estados, chegamos aqui fora de hora e nós temos que estar bem, para amanhecer o
169 dia bem e render bem. Informa que não teve jantar no hotel e que é preciso discutir a logística e que
170 lamenta a ausência das companheiras que justificaram e das que estão prejudicadas pela logística.
171 Passa a palavra para a **Conselheira Antônia**, que, após cumprimentar as pessoas presentes, diz
172 haver um assunto que considera de fundamental importância; que não sabe o que está acontecendo,
173 mas a reunião “tipicamente está diferente por mil razões”. Dirigindo-se à Ministra, diz que gostaria
174 de colocar para a equipe gestora da SPM que “o nosso Conselho está funcionando com uma
175 estagiária e a Coordenadora Executiva”, o que considera humanamente impossível, embora saiba
176 das dificuldades quanto à questão de pessoal, por ser do governo. Entende que não se pode
177 responsabilizar um estagiário administrativamente para emissão de documentos e que a
178 Coordenadora tem muitas atribuições. Acredita ser a razão dos problemas com a emissão de
179 passagens para a 11ª Reunião Ordinária do CNDM. A **Secretária Executiva, Lourdes Bandeira**,
180 pede a palavra para prestar alguns esclarecimentos sobre a questão da infraestrutura e da gestão
181 interna, levantada pelas Conselheiras. Inicialmente, ressalta o fato de que 13 pessoas justificaram
182 sua ausência e 5 não tiveram a passagem aprovada; **na sua opinião, as 13 ausências, por si,**
183 **poderiam comprometer o quórum mínimo para a Reunião Ordinária.** Chama a atenção para
184 três pontos que gostaria de destacar: primeiro, existem os aspectos da administração, e informa que
185 ela é a responsável pela ordenação de despesa da SPM; segundo, existe a questão do
186 funcionamento do Conselho, ao qual, regimentalmente temos que ser mais atentas e terceiro, existe
187 também o lado das Conselheiras. Explica que há um sistema que ordena as despesas e que a SPM
188 perde 30% do valor de toda passagem emitida que não for usada. Outra questão é que existe uma
189 precariedade da equipe, mas o estagiário não emite passagens, não faz absolutamente nada nessa
190 área, pois existe uma equipe aqui para isso, que é o setor de passagem; só que quando existe uma
191 demanda e esta obedece a um calendário, como o Conselho, que tem um calendário anual de
192 reuniões, a gente tem até mais de um mês de prazo. Mas não funciona assim, na prática, o pedido
193 de emissão das passagens vem na última semana e isto significa que as passagens de qualquer
194 estado do norte para cá podem custar de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00 “e com esses valores NAO
195 posso emitir. Segunda questão: se há um calendário nacional, se há um calendário anual, tem que
196 ver se o Conselho tem regimentalmente a obrigatoriedade de se reunir, só nesse semestre, quatro
197 vezes, ou qual a quantidade de reuniões; isso, para não se ter 13 justificativas, porque as pessoas
198 podem agendar as suas reuniões sabendo do calendário do Conselho; então, tudo aquilo que
199 acontecer será menor. Aqui nós temos 18 pessoas ausentes e 19 presentes – qual é o quórum
200 mínimo? A **Ministra Eleonora Menicucci** responde que seriam 22, “se contarmos com as
201 justificativas de ausência teremos quórum”. A **Secretária Lourdes Bandeira** continua, dizendo
202 que só queria chamar a atenção para isso, “há necessariamente que rever muitas questões a respeito
203 do Conselho” e a primeira delas, que considera fundamental é a determinação do número de
204 reuniões. Pelo seu entendimento sobre o Regimento, seriam quatro reuniões anuais, o que
205 corresponderia a duas reuniões semestrais. Indaga se manteriam essa reunião, ou se o Conselho
206 decidiria quanto ao número de reuniões; se “hoje se estabelece o regimental ou deixa as outras
207 (questões) para o extraordinário”? São questões que temos que discutir aqui e que não discutimos
208 nesta gestão. A segunda questão é se temos um calendário pré-estabelecido, digamos que seja a
209 cada dois meses, a última quinta-feira, enfim, o ordenador de despesa pode atuar a partir disso, pois
210 se solicita uma passagem com 32 dias de antecedência, pode exigir da agência um preço, mas se
211 pede com três dias de antecedência, evidentemente não pode exigir nada sobre o valor da
212 passagem. A **Secretária Lourdes Bandeira** explica que o Governo tem direito a 10% de lugares
213 em cada voo, e o valor da passagem é calculado sobre os 10% dos lugares do avião e não sobre os
214 90% - assim, no mesmo avião são várias categorias de preço, uma pessoa pode voar por R\$ 80,00 e
215 outra, por R\$ 1.200,00. Muitas vezes solicitamos uma passagem às 17:00h, com tempo para a
216 agência comunicar-se, via internet, para fazer a emissão do bilhete, mas isso só acontece no dia
217 seguinte às 15:30h, resultado: a passagem que custaria R\$ 150,00, passa a custar R\$ 500,00, e a
218 agência tem que consultar novamente a instituição solicitante, que, por sua vez, tem que decidir se
219 pode ou não, aprovar aquele preço. A **Secretária** conclui dizendo que isso tudo não é simples, ela
220 gasta muito tempo com essa burocracia, mas reafirma que está claro o esforço da Ministra para

221 equipar a Secretaria do Conselho, porém, todas sabem que a SPM não tem um quadro próprio.
222 Trabalhamos com as pessoas que chegam; fizemos um concurso com validade de cinco anos e os
223 que ingressaram fazem outro concurso com estabilidade, maior salário e vão embora; temos alguns
224 DAS, gestores que escolhem a SPM, e recebemos também alguns anistiados (que querem trabalhar
225 num período de 6 horas, causando problema interno na equipe). Diante disso tudo, entende que a
226 primeira coisa a discutir é o número de reuniões regimentalmente, se vamos manter como está, se
227 vamos mudar, se vamos deixar a possibilidade das reuniões extraordinárias ou não. A partir daí, “a
228 parte da infraestrutura eu acolho como uma responsabilidade da gestão nossa aqui, para então
229 organizar a questão das passagens com antecedência”. Considera ser esta uma responsabilidade
230 também da Coordenadora do Conselho, que deve informá-la no devido tempo, para que ela,
231 Lourdes, possa cumprir seus compromissos como ordenadora de despesas. Entende que essas
232 questões dizem respeito a todas as pessoas da SPM, mas o calendário, datas, periodicidade das
233 reuniões, deveriam ser discutidos ali, naquela oportunidade. A **Ministra Eleonora** pede a palavra e
234 diz que todas as questões tratadas são procedentes e devem ser discutidas ali. Lembra que, no início
235 de sua gestão ela, como Ministra, propôs que as reuniões fossem realizadas a cada dois meses, o
236 que foi muito importante, porque do ponto de vista político, o Conselho retomou o seu lugar. Essas
237 reuniões foram marcadas, sim, anualmente; somente uma foi remarçada por causa de outro evento;
238 “portanto, eu como Ministra, digo que não há justificativa para que o sistema NAO tenha
239 autorizado as passagens de cinco companheiras, ou seja, que elas tenham sido pedidas muito
240 próximas, poderiam ter sido pedidas há mais tempo. O fato de termos só um estagiário e uma
241 coordenadora não é impedimento para os pedidos de passagem não chegarem a tempo; é um
242 acúmulo de tarefas, sim, mas estamos, enquanto direção da SPM, resolvendo esses problemas;
243 teremos em breve 15 Analistas de Políticas Sociais concursados para compor o quadro próprio da
244 SPM, e as conselheiras do governo sabem a dificuldade que é o problema de pessoal. E a Lourdes
245 tem razão: eu não a autorizo a aprovar uma passagem de R\$ 3.000,00, ou de R\$ 4.000,00, ou de R\$
246 5.000,00, porque a AGU, todos os órgãos vêm em cima de nós, para respondermos. No entanto,
247 acho que temos o compromisso político em fazer com que este Conselho funcione e de facilitar a
248 vida das Conselheiras”. A **Ministra Eleonora** reforça o que havia dito **Lourdes Bandeira** sobre o
249 agendamento anual, mas assinala que, mesmo assim, sete Conselheiras da sociedade civil
250 justificaram sua ausência motivada por outros eventos. E seis governamentais também não vieram
251 por motivo de outros compromissos. A Ministra considera que duas discussões precisariam ser
252 feitas naquele momento: uma, concordando com a **Conselheira Jacqueline Pitanguy**, é política,
253 sobre como vamos resolver o excesso de reuniões, considerando que cada uma de nós tem uma
254 agenda de compromissos. A outra questão é sobre a agência de passagens e reitera que nós estamos
255 absolutamente atentas a isso. A Ministra reafirma que ausências acontecem também por inúmeros
256 motivos que não cabem àquele Conselho discutir e indaga se as ausências justificadas poderiam
257 garantir o quórum para a realização regular da Reunião Ordinária. Caso não fosse possível, a
258 Ministra defendeu a posição de **Jacqueline Pitanguy**, propondo que se fizesse uma discussão
259 política sobre os problemas ocorridos e sobre as eleições, além dos informes importantes, que
260 deveriam ser dados. Uma participante (não identificada na degravação) procura no Regimento
261 referências sobre a suspensão do funcionamento da Reunião, destacando o parágrafo sobre o
262 processo deliberativo da sessão, que deve ser suspenso se não houver maioria simples das
263 integrantes do Conselho. A **Ministra Eleonora** defende que deveriam contar as justificativas como
264 quórum passando o Conselho a funcionar com poder de decisão, porque havia questões importantes
265 a serem discutidas e decididas. Coloca a proposta em votação. Uma participante (não identificada)
266 diz que gostaria de saber, antes da votação, se o Regimento trata dos casos omissos, o que poderia
267 resolver o problema. A **Conselheira Rosane** pede a palavra também para uma pergunta, referente à
268 substituição da **Conselheira Aparecida Malavazi**, da CGTB, falecida recentemente e cuja
269 suplente ainda não estava participando das reuniões do Conselho; ressalta que a primeira suplente
270 era da FETRAF, e a segunda suplente era da Nova Central. **Lúcia Reali** responde que já haviam
271 encaminhado a solicitação para a substituição e que esta teria que passar pelo Conselho da CGTB.
272 **Lúcia Reali** informa que a suplente da FETRAF nunca veio às reuniões e o MCTI já está com seis
273 ausências, embora seja chamado. A **Secretária Lourdes Bandeira** diz que embora não esteja com
274 o Regimento, de um modo geral, após três ausências consecutivas a representante é retirada e
275 substituída. Uma participante (não identificada) confirma, lembrando que após faltar a duas
276 reuniões consecutivas, recebera um comunicado da Secretaria do Conselho, dizendo que se não

277 comparecesse à terceira automaticamente seria substituída pela suplente. Uma Conselheira
278 Governamental (não identificada) pede a palavra para dar uma sugestão, no sentido de que os
279 Ministérios fossem notificados, através de um Aviso Ministerial, sobre as ausências de suas
280 representantes, porque, na sua opinião, as direções dos Ministérios desconheciam o fato. Considera
281 as ausências das Conselheiras governamentais um desrespeito do próprio Governo com o CNDM.
282 A **Ministra Eleonora** assume a palavra e diz que vai responder à **Conselheira Justina**, porque não
283 quer mais discussão sem o respaldo legal – e cita o artigo 39: “*os casos omissos e as dúvidas*
284 *surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionadas pela Presidenta ouvido o pleno*”. E
285 prossegue, colocando em votação, pela importância política, a seguinte questão: o Regimento não
286 deixa claro quanto à ausência de quórum efetivo, então, considera-se isso um caso omissos e,
287 respaldada pelo artigo 39, coloca em votação “*que as ausências justificadas, tanto governamentais*
288 *como não governamentais, passem a configurar nesta reunião como quórum, para que a gente dê*
289 *prosseguimento à reunião com direito a voto e a deliberação*”. O pleno aprovou a proposta e a
290 reunião, a partir das 15: 25h do dia 12/11/2012, passou a ter caráter legal, com poder de discussão e
291 deliberação por todas as Conselheiras. Em seguida, a **Ministra Eleonora** consulta o pleno sobre a
292 pauta, lembrando que deveriam ser incluídas as propostas trazidas pela **Conselheira Jacqueline**
293 **Pitanguy** – apoiada pela maioria – referentes à discussão política sobre temas de interesse do
294 Conselho e sobre as últimas eleições municipais. A **Conselheira Rosane** considera importantes os
295 informes das Secretarias da SPM, pois poderiam ajudar no debate político proposto pela
296 Conselheira Jacqueline; propõe que se mantenham os informes da SPM naquela tarde e que
297 deixassem o debate político para a manhã do dia seguinte, porque à tarde ela deveria participar de
298 uma reunião no MTE, representando a CUT. Diz estar “legislando em causa própria”, porque o
299 debate lhe interessa muito. A **Conselheira Goretti** fala em seguida, e referindo-se à mudança da
300 pauta, diz ter uma solicitação da Liga Brasileira de Lésbicas, da qual faz parte, e gostaria que se
301 mantivesse esse debate antecedendo o final da reunião, por ser importantíssimo, cabendo a
302 contribuição de todas as Conselheiras, para que se possa avançar num tema que está sendo proposto
303 pela primeira vez ao pleno – os assassinatos das mulheres lésbicas do Brasil. A Conselheira pede
304 que seja na parte da discussão conjuntural do Conselho, não nos Informes. A **Ministra Eleonora**
305 confirma que será na parte da manhã e passa a palavra para a **Conselheira Rosário**, que pergunta
306 se as representantes do CFEMEA estariam presentes, atendendo ao convite da **Câmara Técnica de**
307 **Planejamento e Orçamento**. Uma participante (não identificada) responde que a Câmara Técnica
308 havia aprovado em ata a visita do CFEMEA para vir falar sobre orçamento e que havia outros
309 convites para pessoas de fora participarem da Reunião. O pleno acata a proposta da mesa para que
310 o próximo ponto de pauta seja **o plano de ação e a agenda anual para 2013**. A **Conselheira**
311 **Antônia** pede a palavra para lembrar que seria interessante começarem por uma discussão sobre o
312 8 de março, considerando que em geral, a primeira reunião anual do CNDM ocorre muito perto da
313 data e não se consegue programar algo. A Conselheira ressalta que em 2013 acontecerá a
314 **Conferência Nacional do Meio Ambiente** e que gostariam de ter a presença massiva das
315 mulheres, e que **isso deveria ser contemplado no plano de ação**. A Ministra passa a palavra para
316 a **Secretária Executiva, Lourdes Bandeira**, que tem duas questões a tratar: inicialmente, pergunta
317 quais são as prioridades que o Conselho estabelece para 2013 e **sugere que a primeira prioridade**
318 **seja “o apoio integral à efetivação e implementação do Plano Nacional de Políticas para as**
319 **Mulheres, que é hoje parte do meu informe**”. Diz que insiste nesse ponto, porque este deve estar
320 articulado com o Comitê de Monitoramento do Plano, que tem a participação de Conselheiras,
321 Secretárias e gestoras ali presentes. A **segunda proposta é que as Reuniões do CNDM sejam**
322 **compatíveis com o calendário do Comitê de Monitoramento do Plano**. A **Secretária** acrescenta
323 que o lançamento do Plano ainda dependia da Casa Civil, mas pela SPM já estava pronto e tem
324 mais de 400 ações. Segundo ela, o Conselho poderia, de posse do Plano, verificar as ações que
325 considera prioritárias para o ano de 2013. A **Ministra Eleonora** complementa a fala de Lourdes
326 Bandeira, dizendo que temos acordos internacionais que foram definidos em Costa Rica e no Chile,
327 na Reunião da CEPAL – acordos estes, que giraram em torno de investimentos e de implementação
328 de política de sustentabilidade, Cairo +20 e a criação de organismos nacionais. Ela diz que estes
329 são temas para a agenda do Conselho e que teria informes para dar sobre as duas reuniões
330 mencionadas. A Ministra diz, ainda, que a SPM está fazendo uma proposta, enquanto governo,
331 para o 8 de março, afora as datas, evidentemente importantes, que dizem respeito não só à
332 Consciência Negra, mas à violência contra a mulher, à morte materna, ao Dia Nacional da Saúde,

333 entre outras. Ela concorda que, com a proximidade do 8 de março, é necessário que se faça uma
334 discussão com antecedência. Em relação às reuniões internacionais, solicita que o setor de
335 Comunicação tire cópias dos acordos para distribuir na Reunião do Conselho e informa que a
336 **Secretária Executiva Lourdes Bandeira** esteve na Costa Rica representando a SPM, enquanto
337 ela, Ministra participara da Reunião da CEPAL, no Chile. Em relação aos acordos, a Ministra
338 informa que na Costa Rica, devido à presença do Vaticano, o compromisso firmado em torno da
339 saúde sexual e reprodutiva foi negociado e por mais que o Brasil tenha defendido, nas pessoas da
340 Lourdes e da Aparecida Gonçalves, não passou “direitos sexuais e reprodutivos” - ficando:
341 “*acesso à saúde sexual e reprodutiva, com respeito às legislações nacionais*”. No Chile, na
342 Reunião com a CEPAL, se avançou, ficando expresso: “*acesso à saúde sexual e reprodutiva e*
343 *direitos sexuais e reprodutivos, respeitando as legislações nacionais*”. A Ministra informa que foi
344 pauta, nas duas reuniões internacionais, a discussão do Cairo+20, porque será em 2014, com
345 reuniões continentais. Na América do Sul, será no Uruguai, com data a definir. Acrescenta que o
346 que avançou também na CEPAL foi a criação dos mecanismos nacionais, não só em termos da
347 discussão e acolhimento do assunto no âmbito governamental, mas também para ampliar a
348 participação da sociedade civil nas delegações. Informa, ainda, que a Comissão Nacional de
349 População e Desenvolvimento foi reestruturada e estava em processo de discussão na Casa Civil. A
350 participação da sociedade civil se dará via os Conselhos. Este Conselho deverá indicar uma
351 representante junto àquela Comissão, cuja Presidência ficou na Secretaria de Assuntos Estratégicos
352 (SAE) e terá uma Secretaria Executiva da qual nós fazemos parte. Houve um enxugamento muito
353 grande dos Ministérios que integram a Comissão, para que ela possa funcionar. Haverá ainda um
354 Colegiado Pleno, onde a sociedade civil estará presente a partir das escolhas nos Conselhos. A
355 **Ministra ressalta como prioridade a escolha da representante deste CNDM**. Informa também
356 que conversou sobre o 8 de março com a **Ministra Gleisi** e esta sugeriu que o tema abordado pela
357 SPM fosse a autonomia econômica das mulheres. A Ministra informa que o assunto foi discutido
358 internamente na SPM e decidiu-se **abrir um Edital para a premiação de grupos de mulheres**
359 **rurais empreendedoras, no dia 8 de março**. Também já está na Casa Civil e deve sair
360 imediatamente, um **Edital para as mulheres negras**, que foi acordado com a **Ministra Luisa**
361 **Bairros**, tendo por tema “Mulheres Negras contam suas histórias”; será lançado em novembro, em
362 comemoração ao mês da Consciência Negra e também está prevista para duas categorias de
363 trabalhos: redação e ensaio. O resultado sairá no mês de março. Uma **Conselheira** (não
364 identificada) pergunta se a redação é escolar ou livre e a **Ministra** responde que será livre, porque
365 queríamos um Edital inclusivo. Acrescenta que a Comissão Julgadora desse Prêmio será
366 constituída, preferencialmente, por mulheres negras – preferencialmente porque algumas pessoas
367 podem não aceitar ou não ter disponibilidade de tempo para compor a Comissão. Em relação aos
368 *16 Dias de Ativismo contra a Violência Contra a Mulher*, será lançado, dia 26, o *site* da Campanha
369 “Compromisso e Atitude”, uma parceria com várias estatais, além do Banco do Brasil e Caixa
370 Econômica, tendo por tema: “Violência contra a mulher : você pode combater a impunidade. Ligue
371 180”. A Ministra informa, ainda, que, para 2013, está em andamento um grupo de trabalho forte,
372 incluindo a SPM e o Ministério da Justiça, e que ela havia se articulado com o **Ministro José**
373 **Eduardo** para o enfrentamento do tráfico de meninas nas fronteiras, por meio da criação de
374 serviços especializados naquelas áreas. Informa que já haviam sido abertas dois serviços em áreas
375 de fronteiras, mas no âmbito estadual, com previsão de expandir fortemente em 2013. A Ministra
376 disse, ainda, que foi feita uma articulação com o **Ministério da Saúde** para a prevenção do câncer
377 de colo de útero e de mama das Secretárias, Gestoras de organismos de políticas estaduais e com os
378 **Secretários Estaduais de Saúde** para capilarizar o processo no âmbito municipal. Em seguida,
379 encerrando a sua fala, a **Ministra apresenta uma proposta para que se realizem 4 reuniões do**
380 **CNDM em 2013: uma, em fevereiro, outra três meses após; e duas no segundo semestre,**
381 **sempre de três em três meses**. A **Conselheira Graça** pede a palavra e diz ter duas reivindicações
382 “para a Ministra e nossa Secretária”: a primeira, no sentido de que se fizesse uma sessão dos
383 informes, para se avançar na discussão do PNPM; sugere que a Ministra, como Presidenta do
384 CNDM, faça “um balanço político da nossa relação”, considerando três pontos: “1- como a
385 senhora, que é nossa Ministra, viu este ano, ou vê este ano; 2- nesse esforço, todos os esforços que
386 a SPM está fazendo, “*e não são poucos, a gente está vendo*”, o que a senhora considera realmente
387 avanço?; 3- e para nós, Conselheiras, eu acho que é super importante que a gente tenha clareza
388 sobre quais são as suas dificuldades hoje e onde devemos avançar em 2013 - que o nosso plano de

389 ação representasse isso. “A Professora Lourdes disse que precisamos implementar o Plano
390 Nacional de Políticas para as Mulheres. Mas quais são os percalços que a gente tem que assumir
391 aqui, no plano de ação, para que isso realmente aconteça?”. A Conselheira ressalta que, como é
392 sabido, as pessoas da sociedade civil são sempre convocadas para debater o Orçamento. Ela indaga
393 da Ministra que debates elas devem levar para os fóruns interconselhos de que participam. E que o
394 assunto seja debatido na Reunião, para que saiam dali com dois ou três pontos em que se possa
395 focar, para fazer avançar, monitorar as políticas nas suas regiões. A **Ministra** sugere que ela,
396 **Conselheira Graça**, proponha pontos. A Conselheira responde que já apontara o Orçamento e que,
397 em relação ao plano, “para nós a prioridade é a violência”. Lembra que a **Conselheira Goretti**
398 trouxe para debate a questão do assassinato das mulheres lésbicas no Brasil e que isso tem um
399 significado para avançarmos no debate sobre as políticas de combate à violência contra a mulher.
400 Afirma, ainda, que as dificuldades que sentimos em relação ao Orçamento influencia as nossas
401 principais causas, inclusive a discussão sobre a autonomia econômica das mulheres. A **Secretária**
402 **Tatau Godinho** propõe que no próximo ano o Conselho tenha como agenda prioritária duas
403 questões relacionadas à autonomia econômica, que têm que ser debatidas no Congresso e que a
404 pressão da sociedade Civil é muito importante. A primeira, é a PEC das trabalhadoras domésticas,
405 aprovada na Comissão e espera-se que seja aprovada ainda este ano na Câmara, em primeira
406 rodada, mas tem que ir para o Senado e vai para a segunda rodada. Esse tema deveria ser
407 prioridade do Conselho: mobilizar a sociedade civil em torno da ampliação dos direitos das
408 trabalhadoras domésticas. A segunda questão é a igualdade no mundo do trabalho, que já conta
409 com **Projeto de Lei – a Lei da Igualdade** – mas que deveríamos colocar na pauta do Conselho.
410 Em relação ao 8 de março, esse poderia ser um tema e não deveria ficar restrito à Lei, porque há
411 coisas que poderemos fazer, definindo os itens a priorizar. Outra participante (não identificada) diz
412 que essa pauta chegara a ser antecipada pela manhã, no Comitê de Monitoramento; acha que o
413 Conselho tem uma pauta de ação social e que “nós também pensávamos em autonomia no mundo
414 do trabalho” e considera que converge com a proposta da **Secretária Tatau Godinho**. Dirigindo-
415 se à Ministra e demais Conselheiras, diz considerar importante a discussão sobre o funcionamento
416 do Conselho, a sua dinâmica; o caráter do controle social. A questão do orçamento foi colocada
417 como prioridade e nós temos que eleger prioridades. “A Secretária Lourdes já levantava no Comitê
418 e já pediu aos Ministérios que fizessem isso”. Mas temos que aprofundar a discussão sobre o
419 funcionamento do controle social em níveis Estadual e Municipal. E para nós, que estamos
420 articulados com o Executivo, como faremos o controle social aqui? Como respaldamos o que é feito
421 pelo nosso Ministério? A **Conselheira Mônica** assume a palavra e começa dizendo que, na linha
422 de prioridades para 2013, esse é um ano bastante especial para a **SEPPIR**, pois são os 10 anos da
423 Secretaria, assim **como da SPM**, e estão pensando numa programação em torno disso. “É o
424 primeiro ano da década dos afrodescendentes e das afrodescendentes. É o decênio estabelecido
425 pela ONU, uma programação internacional e que vai estar balizando também a nossa
426 programação, e nós gostaríamos de destacar neste contexto as mulheres negras”. Ressalta o
427 diálogo que vem mantendo com a SPM, a oficina realizada em setembro, com lideranças de
428 mulheres negras e com a participação de algumas Conselheiras, incluindo companheiras do
429 governo federal em torno da pauta das mulheres negras. Com a SPM, destaca os encaminhamentos
430 para a atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com esse foco. Enfatiza o
431 diálogo mantido pelas **Ministras Luisa Bairros** e **Eleonora Menicucci**, e cita o prêmio a ser
432 lançado em novembro, como uma das ações resultantes desse esforço conjunto. Portanto, acha
433 muito importante “ligar essa programação do oito de março, e a de 2013 com o ano dos
434 afrodescendentes do ponto de vista da agenda das mulheres negras e como parte da atuação mais
435 sincronizada” entre SEPPIR e SPM. **Conselheira Glória** inicia sua fala lembrando as pautas
436 anteriores e ressaltando a questão da saúde e nesta área, o aborto legal e interrupção indesejada.
437 Além da proposta de mudança legislativa, destaca o problema da morte materna, ainda um desafio
438 para o país. Cita as questões já levantadas, como o trabalho doméstico (uma das prioridades
439 nossas), a saúde, a violência e deixa uma pergunta: “como é que nós vamos contribuir para essas
440 questões”? Menciona as notícias sobre várias leis e códigos que estão sendo encaminhados para o
441 Congresso e propõe um monitoramento desses processos, pela SPM, por meio de Comissões, a
442 exemplo do que já vem sendo praticado pela Ministra, para acompanhar outros temas. Nesse caso,
443 seria mantido um diálogo com as Conselheiras, via e-mail, como já ocorrera, com o apoio da
444 **Ouvidoria**. Em resumo, **aponta como prioridades: a saúde, com os temas do aborto e a morte**

445 **materna, a participação das Conselheiras nas atividades da Comissão de Normas** e na parte
446 internacional, “acompanhar o que der”. A **Conselheira Goretti** fala em seguida, trazendo dois
447 pontos para o fortalecimento das organizações de mulheres. Entende que falta apoio para essas
448 organizações; muitas não conseguem acessar os apoios existentes, devido à burocracia; muitas são
449 de mulheres militantes que não têm salários. Mas elas sustentam o movimento, a organização, a
450 política do nosso país, a política de enfrentamento à violência contra as mulheres. Diz que os
451 recursos chegam aos municípios, mas não há abertura para ONGs e organizações e cita
452 um caso concreto, da prefeitura de Natal, da qual tem convenio firmado com a SPM e
453 está sendo fiscalizado pelo Conselho Municipal da Mulher, informa que a Prefeita foi
454 afastada do cargo denunciada pelo Ministério Público por desvio de recursos, nos quais
455 incluíam-se projetos aprovados pela SPM para trabalhar a autonomia das mulheres. Sua
456 preocupação é saber os canais que poderiam ser usados para enfrentar essas situações e contribuir
457 para o fortalecimento das organizações de mulheres. Outro ponto que levanta é o fortalecimento
458 dos Conselhos que estão na ponta, monitorando as políticas públicas do país e desconhecemos a
459 sua situação. Informa que na reuni'ao da Câmara Técnica, pela manhã, uma companheira informara
460 que existiam 580 Conselhos Municipais no país, um dado alarmante frente ao número de
461 municípios existentes – só no Rio Grande do Norte, são 167 municípios. Ela pergunta como
462 chegam as políticas públicas para essas mulheres, se não temos 10% de municípios com seus
463 Conselhos? Portanto, esta seria uma prioridade para o CNDM. "Precisamos nos debruçar, saber
464 como as políticas estão chegando naqueles municípios, para podermos traçar uma direção certa e
465 falar com propriedade". A **Ministra** passa a palavra para a **Secretária Executiva, Lourdes**
466 **Bandeira**, que diz ser preciso mais objetividade e centrar em cima de algumas prioridades.
467 Retomando a questão do Orçamento, informa que, naquela semana, ocorrera uma audiência pública
468 no Congresso sobre Orçamento, com a Deputada paulista **Janete Pietá**. A questão que se colocava
469 era a diminuição do orçamento da SPM e o quê as Deputadas poderiam fazer para aumentá-lo. Mas
470 isso não é tão simples, pois este ano houve um corte geral de 30%. Depois desse
471 contingenciamento, começam as negociações da **Ministra Eleonora** com a **Ministra do**
472 **Planejamento** e aí é fundamental a participação da **Sociedade Civil**. As Deputadas se propuseram
473 a pressionar a Ministra para liberar as emendas. O Conselho pode cobrar do seu Estado, do seu
474 Município, os pactos já efetivados. A SPM “já assinou a pactuação sobre a questão da violência,
475 que é prioridade no Plano, que é prioridade nos acordos internacionais, que é prioridade em todos
476 os sentidos”. Informa que o pacto está assinado com os 27 Estados. Debateu-se a importância da
477 pressão da sociedade civil (do Conselho), considerando que as Mulheres, a SPM, ainda não
478 recebem a atenção necessária da parte dos homens que elaboram o orçamento. Outro ponto
479 levantado foi a ausência de convênios com as Prefeituras de municípios acima de 200.000
480 habitantes, mesmo daqueles que já contam com Organismos de Políticas para as Mulheres. A
481 **Secretária Executiva Lourdes Bandeira** entende que **as prioridades já estão dadas: questão da**
482 **saúde, da mortalidade materna, a autonomia econômica, a PEC das empregadas domésticas,**
483 **a violência, que atinge todos os segmentos de mulheres.** Segundo ela, tudo isso está no Plano e é
484 importante que, na próxima reunião, em fevereiro, sejam apontadas as prioridades, dentre as 415
485 ações (do PNPM), “e é só articuladamente que a gente pode avançar nesse sentido”. A **Ministra**
486 **Eleonora** pede a palavra e diz que fora questionada pela Graça, no bom sentido, para fazer uma
487 avaliação do que se avançou, na SPM. Na sua opinião, um avanço foi a mudança de estrutura da
488 SPM, que deixa de ser uma Secretaria, ganhando Estatuto de Ministério e suas Subsecretarias
489 passam a ser Secretarias. Isso envolve mais recursos humanos, o que já está sendo tratado. Mesmo
490 com os contingenciamentos, aumentamos o orçamento em R\$ 12.000.000,00. Fizemos uma
491 transversalidade de ações no âmbito das políticas públicas, “ministerialmente falando, que nunca
492 tinha sido feito aqui dentro da SPM”. Transversalidade por meio do **Comitê de Monitoramento**
493 **do PNPM**, e temos Comitê de Gênero, Núcleos de Gênero, Grupos de Gênero, outros. Fomos
494 procuradas pelo **Ministério da Previdência Social**, que criou a **indenização regressiva**, e o
495 Ministério da Defesa, para pensarmos as melhores políticas. Ganhamos, proporcionalmente, o
496 maior número de APS's nesse concurso, em relação aos demais Ministérios. Pela primeira vez foi
497 criada, com condições de execução, a **Coordenadoria da Diversidade**, nesta Secretaria,
498 trabalhando com mulheres em envelhecimento, mulheres com deficiência. Criaremos, no ano que
499 vem, com o **Ministro dos Esportes**, o Ano Nacional de Mulheres no Esporte. Mudamos a cara do
500 PNPM, que não é o “terceiro”, mas Plano Nacional. E criamos a **Assessoria Especial para as**

501 **trabalhadoras rurais**, sob responsabilidade da **Raimundinha**, que está fazendo um trabalho
502 exemplar. Segundo a **Ministra Eleonora**, os desafios que se apresentam são: o Orçamento, ainda
503 pequeno “para o tamanho da nossa responsabilidade política” e a sociedade civil também precisa se
504 mobilizar em relação a isso, como colocou a Secretária **Lourdes Bandeira**. Outro desafio: criamos
505 um grupo para estudar a reforma do Código Penal e retiramos a questão do aborto de lá, porque
506 consideramos que a proposta estava avançada, concordamos com ela e na nossa concepção, tem
507 que ser descriminalizado, então, não tem que entrar. Serei a próxima Ministra a falar sobre o
508 Código Penal, o primeiro foi o **José Eduardo Cardoso**. Temos ainda o exemplo das nossas
509 posições nas conferências internacionais e as mudanças que fizemos no CNDM – avançamos, por
510 meio de uma estrutura mais institucional, fizemos transmissão *on line*, melhoramos a agilidade das
511 pautas, retomamos a criação da **Coordenação Política do Conselho**". A Ministra considera que
512 muitas questões colocadas pelas Conselheiras exigem a participação da sociedade civil, atuando
513 onde os organismos de políticas para as mulheres estiverem ausentes, ou ineficientes. “Nós, - SPM
514 ou Conselho - temos uma ingerência mínima nos Conselhos Municipais e Estaduais e nos
515 Organismos”. Ela lembra a realização do Fórum de Organismos, realizado em 2012, e destaca,
516 como prioridades, além das que estão em discussão no Comitê de Monitoramento, a questão
517 Orçamentária, o enfrentamento da violência a qualquer grupo da população, a PEC das domésticas,
518 e a ratificação, junto à ONU e à OIT, da Convenção 189, do Trabalho Decente. Na saúde, destaca,
519 além da morte materna, da prevenção dos cânceres, “como a situação dos serviços de aborto legal
520 no país, que estão absolutamente jogados às traças”. A questão do Caso Aline – o governo assumiu
521 pagar a indenização, mas não foi gratuito isso – porque tem aqui pessoas comprometidas que
522 impulsionaram a AGU e a reformulação da representação dos Ministérios: a Ministra solicitou aos
523 demais Ministros que a representação fosse de Secretários Executivos ou Secretárias, com poder de
524 decisão. A **Ministra** passa a palavra para a **Conselheira Clara Charf**, que defende a necessidade
525 de se dar mais visibilidade ao Conselho, pois muita gente não sabe o que ele faz, portanto, a
526 divulgação do trabalho do CNDM deve ser revista e que é preciso pensar em como divulgar as
527 informações. Relembra aspectos importantes da sua trajetória política e da Ministra, afirmando que
528 “não somos só militantes da causa da mulher, nós somos militantes da causa da democracia”. A
529 Conselheira propõe como encaminhamento para o dia seguinte da Reunião, a discussão sobre “os
530 métodos, as maneiras para que o Conselho tenha visibilidade, não só entre nós, visibilidade para
531 fora”. Menciona, ainda, a baixa participação das mulheres na campanha eleitoral e o
532 desconhecimento sobre as organizações de mulheres, como a que representa: a **Associação de**
533 **Mulheres pela Paz**. Destaca a importância da televisão, que hoje dá voz a muitos, como no caso da
534 Campanha “Mulheres que Inovam”, que contará com o apoio da Globo. A **Conselheira Rosane**
535 fala em seguida, trazendo alguns elementos para o debate de conjuntura. Considera que não houve
536 avanço na participação das mulheres nas últimas eleições (embora não tenha dados a respeito) e
537 ressalta a experiência do seu Estado, o Rio Grande do Sul, onde uma Governadora deixou de
538 assinar o Pacto, tarefa assumida pelo atual Governador. Defende que nesse debate sobre as últimas
539 eleições há um tema importante: as creches, a necessidade da creche pública, de qualidade,
540 essencial para a autonomia das mulheres. Para ela, este é um tema que “dialoga com mulheres de
541 todas as classes sociais e mulheres urbanas e rurais”. Considera que, no momento atual, com novos
542 Prefeitos/as, é hora de atuar nesse sentido, como Conselho, cobrando, porque existem recursos do
543 Governo Federal. Outro tema importante apontado são os mecanismos de políticas para as
544 mulheres, pois avançamos onde eles existem. Cita o exemplo da SPM, as conquistas apontadas na
545 Reunião, que não ocorreriam sem o seu papel estratégico. Entende que nosso papel é cobrar esses
546 mecanismos dos governos estaduais e municipais – entende que sem os organismos, não adianta
547 Conselho Municipal. Em seguida, a **Conselheira Justina** pede a palavra e diz que o momento
548 exige maturidade e clareza para o debate. Considera que vivemos um momento de avanço da
549 democracia burguesa, mas, enquanto movimento de mulheres também vem muito forte a disputa do
550 projeto de sociedade e se percebe o quanto precisamos avançar nesse sentido. Na sua opinião, tem
551 havido retrocesso, citando o exemplo da Reforma Agrária, que está estagnada, e a expansão do
552 agronegócio. Para o próximo ano, é preciso focar na licença maternidade de seis meses para todas
553 as mulheres, considerando-se que alguns setores avançaram nesse sentido, mas não para as
554 trabalhadoras rurais e as mulheres mais pobres. Essa questão poderá ser associada à licença
555 paternidade, mas o principal é associá-la às creches. Outro foco é a violência, que deve ser olhada
556 para se avançar na autonomia econômica, política e social das mulheres. Cita mais um ponto

557 importante: o do estrangulamento das organizações sociais que têm uma proposta de transformação
558 social. Defende que temos que avançar na organização, mas com políticas públicas, no sentido da
559 autonomia econômica e de propiciar que as mulheres consigam participar nos espaços de poder e
560 decisão. A próxima a falar foi a **Conselheira Graça**, que apresenta, como prioridade para o plano
561 de 2013, a questão do trabalho e do acesso às políticas de geração de renda para as mulheres. A
562 **Conselheira Jacqueline Pitanguy** fala em seguida, ressaltando a importância dos informes da
563 Ministra sobre a SPM, em termos das conquistas e desafios. Em relação ao debate sobre o papel da
564 sociedade civil, lembrou que muitas conquistas na Constituição de 1988 foram possíveis devido à
565 criação do CNDM, em 1985, mesmo este não sendo um órgão deliberativo à época. Mas concorda
566 com a análise sobre o estrangulamento da sociedade civil no momento atual, quando não há
567 recursos no Brasil e é muito difícil obter recursos do Governo, devido às normas em vigor. Cita
568 como exemplo a CEPIA, entidade que representa e questiona a efetiva possibilidade de pressão da
569 sociedade civil sobre o Governo. Entende que não podem desenvolver o seu papel político sob tais
570 condições e que isso afeta a SPM e o CNDM. Nesse sentido, considera complicada a visibilidade
571 do CNDM e pergunta onde o Conselho vai atuar. Na sua opinião, ele deve buscar maior
572 protagonismo dentro e fora da SPM, apesar dos riscos políticos que o momento apresenta, mas
573 afirma não perder a esperança. A seguir, falou (não identificada), trazendo informes sobre o Fórum
574 Interconselhos, realizado na semana anterior. Entre outros pontos, foi apresentada a forma como a
575 sociedade civil deverá monitorar o PPA, propondo-se que seja por meio das agendas transversais,
576 entre as quais inclui-se a de Políticas para as Mulheres. Lamentou a ausência do CNDM no Fórum,
577 lembrando que este será um ponto para o plano de ação de 2013, pois o Conselho terá que
578 monitorar a agenda transversal. Outra possibilidade seria o monitoramento do PNPM, desde que
579 seja uma proposta do CNDM, a ser encaminhada ao MPOG. A **Secretária Executiva, Lourdes**
580 **Bandeira**, anuncia que o PNPM já está pronto e diz que gostaria de levantar alguns pontos sobre a
581 discussão em curso. O primeiro, refere-se à sociedade civil – ela concorda com as Conselheiras que
582 a antecederam, reconhecendo que há uma fragilização, ou uma ruptura, como afirmam algumas
583 delas. Considera que isso também se sentiu na reunião da CIM, em São José da Costa Rica, onde
584 não havia a participação da sociedade civil, a não ser a Igreja, que se colocava como tal e,
585 articulada com os Estados Unidos, impediu os avanços esperados na questão dos direitos sexuais e
586 direitos reprodutivos. Defende que “quando se fala em sociedade civil é preciso qualificar de quem
587 se está falando”. **Representante da SAIAT, Vera Soares**, informa que, em relação aos
588 organismos de políticas para mulheres existe um conjunto de atividades para fortalecê-los nos
589 estados e municípios. Considera importante convidar o CNDM para participar desse esforço e
590 promover um debate sobre o assunto – o que são os organismos de políticas para as mulheres, que
591 se diferenciam muito dos Conselhos. Destaca a importância dos OPMs para a execução das
592 políticas e ressalta a diversidade na sua constituição (Secretarias, Coordenadorias etc) e da
593 importância de se criarem Secretarias, o que representa uma disputa a ser feita com o apoio da
594 sociedade civil, pressionando os Prefeitos eleitos. Informa-se que a meta é chegarmos a 1.000
595 OPMs em 2013. A seguir, a **Ministra Eleonora** apresenta as **prioridades para 2013**, apontadas
596 pelas Conselheiras ao longo do dia: **a) PNPM e Comitê de Monitoramento; b) Orçamento; c)**
597 **Enfrentamento à violência; d) Autonomia econômica, política e social; e) PEC das**
598 **empregadas domésticas e ratificação da Convenção 189, da OIT; f) Licença maternidade e**
599 **creches; g) Saúde – “tudo sobre saúde integral da mulher e fortalecimento do serviço de**
600 **aborto legal no país”; h) Diálogos com estados e municípios por meio dos organismos de**
601 **políticas para as mulheres e criação de mecanismos para o diálogo interconselhos estaduais e**
602 **municipais.** Segundo a **Ministra**, o diálogo deve ser feito pela Coordenação Política deste CNDM,
603 que foi criada e deve ser empoderada. A Ministra reiterou a necessidade de indicação de duas
604 Conselheiras para integrarem o Conselho Consultivo do Observatório e a seguir, passou a palavra
605 para a **Secretária Executiva, Lourdes Bandeira**, para encerrar as atividades do dia (12/11). A
606 Secretária Executiva observa, em primeiro lugar, que a proposta de calendário para o ano de 2013
607 não coincidirá com a do Comitê de Monitoramento do PNPM. Informa sobre as novas parcerias
608 para a implementação do Plano, como o Banco do Brasil, que deverá apoiar financeiramente
609 iniciativas de mulheres, criando linhas de atendimento específicas. Por último, comunica que será
610 lançada a revista do Observatório e que está em andamento a edição em inglês da Lei Maria da
611 Penha, além de um conjunto de Cartilhas sobre a Lei, em espanhol e em inglês. **Ponto de Pauta:**
612 **Informes das Secretárias – Vera Soares – SAIAT – Inicia lembrando o caso Aline, a cobrança**

613 do Comitê CEDAW , exigindo resposta do Governo Brasileiro que, pela primeira vez, assumiu o
614 compromisso de ressarcir financeiramente a família. Voltando à discussão dos OPMs, destaca o
615 intenso trabalho programado para o próximo ano, as metas estabelecidas, e reitera o compromisso
616 de encaminhar para o Conselho os dados detalhados das prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras.
617 Considera a discussão do tema importante e assinala que a Reforma Política também depende da
618 pressão social. A Secretária informou sobre o crescimento do volume de inscrições para o **Prêmio**
619 **Construindo a Igualdade de Gênero**, exigindo a ampliação do Comitê, no CNPq, para avaliar os
620 trabalhos científicos inscritos. Apontou o compromisso do **Ministério da Saúde** em relação à
621 morte materna e informou que a **SAIAT** está envolvendo os OPMs nas atividades dos Estados e
622 que existe uma série de mecanismos de participação, mobilização, para esse Programa. A
623 **Coordenação da Diversidade** está organizando três atividades: uma Oficina, com mulheres
624 lésbicas, programada para dezembro; uma Oficina preparatória para a Conferência de pessoas com
625 deficiência, também prevista para dezembro; e uma Oficina para as mulheres indígenas, organizada
626 juntamente com a Funai. Outras atividades estão sendo pensadas, dentro dos temas da SAIAT, para
627 a comemoração dos 10 anos da SPM, em 2013. **Tatau Godinho – SAAEM – a Secretária** destaca
628 três questões prioritárias, que terão desdobramentos no próximo ano: a) a das empregadas
629 domésticas, que avançava, com a vitória na Câmara, “uma vitória muito grande, aprovar com todos
630 os direitos, na forma como foi conversado, negociado, com as centrais sindicais”. Em vista disso, a
631 Secretária considerava necessária a pressão da sociedade civil sobre o Congresso, com vistas à
632 aprovação no Senado; b) encerramento da 4ª Edição do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça,
633 com cerimônia de premiação e lançamento da 5ª Edição, prevista para o primeiro semestre de 2013;
634 c) a Campanha lançada pela Ministra, com o MDS e a Globo – a SAAEM está fazendo uma série
635 de Convênios e acordos para a capacitação de mulheres, priorizando as áreas não tradicionais. A
636 Secretária informa que está fechando com o MTE um projeto de capacitação para 10.000
637 mulheres para 2013, cuja grade de conteúdos está em discussão. Por último, declarou que a SPM
638 tem dado um peso muito grande ao trabalho junto às mulheres rurais, citando: a) o apoio às Feiras
639 promovidas por diferentes entidades, para os próximos meses; b) os Convênios já firmados; c) a
640 contratação de **Raimunda de Mascena** como **Assessora Especial da Ministra** para assuntos
641 relacionados às mulheres rurais; d) as articulações internacionais, destacando a proposta da **FAO**
642 para a realização de um Seminário reunindo mulheres da América Latina, para 2013. **Ana Teresa**
643 **Iamarino – Diretora Secretária de Enfrentamento da Violência**, representando a **Secretária**
644 **Aparecida Gonçalves**, em viagem ao Estado de Alagoas, para o lançamento da **Campanha**
645 **“Compromisso e Atitude”**. O primeiro informe foi sobre o prêmio conferido pela Associação
646 Brasileira de Tele-Serviços à **Central de Atendimento à Mulher – 180**, pelos serviços prestados,
647 inclusive no exterior, onde atua há um ano. O **180** foi premiado na categoria comunitária e serviços
648 de cidadania. A **Diretora** informou ainda que a Central ampliou a sua capacidade de atendimento e
649 foi criado um Grupo de Trabalho com o **Ministério da Saúde** e **Ministério da Justiça**, para
650 articular políticas no território nacional, garantindo serviços especializados em cada ponto focal de
651 uma região. Mencionou uma parceria inédita - no âmbito do PNPM – com o **Ministério da Defesa**,
652 visando a um Acordo de Cooperação para um trabalho junto às tropas de paz em locais de grandes
653 desastres e contextos de catástrofes naturais. Um outro GT está tratando das definições sobre os
654 **Centros Especializados de Atendimento às Mulheres**, preparando insumos para a realização de
655 Encontros estaduais , cujos resultados serão discutidos no Encontro Nacional, previsto para junho
656 de 2013. Nesse sentido estabeleceram-se parcerias com o MDS e o a SDH, buscando-se articular
657 ações dos **CREAS** e dos serviços especializados, inclusive daqueles a cargo da SDH, para
658 atendimento ao público LGBT. Também, com a SDH e o MJ, estreitamos parceria para a
659 implementação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Por fim, citou a
660 **Campanha “Compromisso e Atitude”**, lançada em 07/08/2012, durante o Encontro de Delegacias
661 Especializadas de Atendimento à Mulher. A partir daí, a Campanha está sendo lançada
662 regionalmente, nos Estados que tenham as taxas mais elevadas de homicídios de mulheres. O
663 objetivo é reunir esforços dos serviços especializados em cada localidade para o enfrentamento do
664 problema, além de uma correta aplicação da **Lei Maria da Penha**. Encerrados os informes das
665 Secretarias, a **Ministra Eleonora** indicou a **Conselheira Jacqueline Pitanguy** para representar o
666 CNDM junto à **Comissão Nacional de População e Desenvolvimento**, por sua reconhecida
667 experiência no assunto. A **Conselheira Jacqueline** aceitou a sua indicação, agradecendo a
668 confiança da Ministra e demais Conselheiras. **Encerrado o primeiro dia da Reunião**. Segundo dia

669 – 13/11/2012 – A **Ministra Eleonora Menicucci** abre a Reunião justificando a ausência da
670 **Coordenadora-Geral do CNDM**, por motivo de saúde. Uma das presentes [não identificada na
671 gravação] informa sobre a situação de saúde da **ex-Ministra Nilcéa Freire**, que retirara um tumor
672 maligno do cérebro, numa cirurgia bem sucedida e já estava se recuperando. O pleno decidiu que o
673 CNDM enviaria um cartão à ex- Ministra Nilcéa e um outro, para a ex-Conselheira e atual
674 Assessora da Ministra Eleonora, **Rosa de Lourdes**, que também se recuperava de um problema de
675 saúde. A reunião continua com a pauta dos Informes da SPM. A **Assessora Parlamentar, Regina**
676 **Adami** comunica, inicialmente, que a SPM já havia encaminhado às Comissões de Direitos
677 Humanos da Câmara e do Senado as nossas emendas, ressaltando a proposta de se criar uma
678 emenda específica para o repatriamento das mulheres que estão no exterior, sofrendo violência,
679 sem condições de voltar para o Brasil. A Assessora comentou o atraso do orçamento, cujo
680 Relatório preliminar não havia sido votado, e comunicou que a SPM estava acompanhando o
681 processo no Congresso. Outro informe refere-se à solicitação feita à bancada feminina para que
682 cada Deputada e Senadora repasse à SPM R\$ 1 milhão a serem destinados às **Secretarias de**
683 **Políticas para as Mulheres**, para a viabilização do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência e
684 outras políticas. Também foi destacado o acompanhamento da PEC das empregadas domésticas,
685 assim como o trabalho iniciado com a **Secretária Tatau Godinho** com vistas à regulamentação de
686 alguns itens, lembrando que cerca de 7 milhões de mulheres poderiam iniciar o ano de 2013 com
687 seus direitos reconhecidos. Em relação à Reforma Política, solicita uma posição do CNDM, a ser
688 encaminhada ao Relator e ao Presidente Marco Maia. Por último, foi mencionada a CPI da
689 Violência contra a Mulher, que “já correu quase todo o Brasil” e apresenta um quadro muito duro
690 sobre a realidade brasileira nesse aspecto. A **Assessora Regina Adami** encerra a sua fala
691 destacando a necessidade da pressão das Conselheiras em seus Estados, sobre os Deputados, para
692 que os Governadores assumam efetivamente o compromisso com o Pacto Nacional de
693 Enfrentamento à Violência. A sociedade civil, por meio do controle social, deve monitorar a
694 aplicação dos recursos repassados pelo Governo federal aos Estados que pactuaram. **Ouvidoria -**
695 **Ana Paula Schwelm** - A Ouvidora da SPM inicia sua fala informando sobre o GT coordenado por
696 ela, que discutiu as propostas do Projeto de Lei que altera o Código Penal. No âmbito do Governo,
697 a discussão é coordenada pelo MJ. A SPM propôs que fossem ouvidos outros setores do governo
698 envolvidos com o assunto, como a SEPPIR e a SDH. Os resultados foram encaminhados ao
699 Ministério da Justiça, e foram também expostos pelo GT a parlamentares. A SPM acompanha a
700 tramitação do processo no Senado. Uma das propostas da SPM foi a criação de um tipo penal
701 sobre feminicídio. Foram, também, priorizados pelo GT: a) violência sexual; b) pontos relativos à
702 Lei Maria da Penha; c) crimes cibernéticos (vulgarização da mulher nas redes sociais, internet etc);
703 d) tráfico de mulheres (melhorar o artigo no Código). Foi proposto que uma cópia dos resultados
704 fosse distribuída para as Conselheiras e debatida com Ana Paula na próxima Reunião Ordinária. **A**
705 **Ministra Eleonora justificou a ausência da Assessora Especial Sônia Malheiros**, por motivo de
706 saúde. **Coordenadoria –Geral do CNDM - a Chefe de Gabinete da Ministra Eleonora, Linda**
707 **Goulart**, falou em nome da Coordenadora, **Lúcia Reali**, sobre os avanços alcançados pelo
708 Conselho, no ano de 2012: a) melhoria na dinâmica e funcionamento, retomando-se as reuniões
709 com regularidade; b) a criação de duas Câmaras Técnicas; c) criação da categoria de Conselheira
710 Emérita; d) criação da Coordenação Política do CNDM; e) transparência, por meio das
711 transmissões *on line* das Reuniões; f) atualização das Atas de deliberação no portal da SPM; g)
712 melhoria no fluxo de comunicação entre a SPM, a Coordenação e as Conselheiras. No aspecto
713 institucional foram citados: a execução do projeto Memória do Conselho, em parceria com o
714 Observatório; a atualização do cadastro dos Conselhos Estaduais e Municipais e a recuperação da
715 Biblioteca do CNDM. A **Conselheira Rosana Silva** solicita que se registre a necessidade de uma
716 agenda de reuniões para a Coordenação Política do Conselho, que não está funcionando. Foi
717 discutido que a Coordenação Política é de suma importância e “deve ser propositiva, não pode ser
718 reativa” e difere da Coordenação Geral, que é administrativa. A Coordenação Política ajuda a
719 definir pautas, agendas, tomadas de posição; responde e-mails – apontado como a grande falha da
720 comunicação entre as Conselheiras. Nesse contexto, foram reiteradas as indicações das integrantes
721 da Coordenação Política, assim constituída: a Presidente do Conselho, Ministra Eleonora
722 Menicucci; a Secretária Executiva, Lourdes bandeira; uma Conselheira de notório saber – indicada
723 Maria Betânia Ávila – e as três Presidentes das Câmaras Técnicas: Vera Machado, Cláudia Prates e
724 Nelita Frank. Ficou acertada a convocação de uma primeira reunião até o final do ano. **Aprovação**

725 da ATA – a Ata da 9ª Reunião Ordinária foi aprovada. **Ponto de Pauta: Conselho Consultivo do**
726 **Observatório – Mariana Mazzini**, Coordenadora do Observatório, esclarece que já foram
727 indicados os nomes de Gláucia Morelli, sendo necessário mais um nome da sociedade civil e dois
728 de representantes governamentais. A Conselheira **Justina Cima** aceitou a sua indicação como
729 representante da sociedade civil e **Teresa**, do MDS, representará o segmento governamental. Falta
730 a indicação de mais um nome do Governo. **Ponto de Pauta: Informes das Conselheiras :**
731 **Conselheira Goretti** traz a denúncia dos assassinatos de mulheres lésbicas no Brasil, apontando,
732 especificamente, os casos ocorridos na Bahia, onde dois casais de lésbicas haviam sido mortos. O
733 primeiro ataque ocorreu em agosto, contra uma jovem de 22 anos (**Lais Fernanda**) e outra de 25
734 anos (**Mayra**), em Salvador, às vésperas das atividades da Visibilidade Lésbica. Uma das moças
735 fora atingida na cabeça. Os crimes foram cometidos por uma mesma pessoa, ainda não
736 identificada.pela polícia e, segundo a imprensa, um dia antes elas foram ameaçadas pelo celular. O
737 segundo crime aconteceu em outubro, contra **Daiane e Degeane**, e foi cometido por um vizinho
738 que as agredia com piadas e xingamentos de teor lesbofóbico. Acompanhado de um outro homem,
739 invadiu a casa e as esfaqueram, matando uma delas.O **Grupo Temático GT/UNAIDS**, reunido em
740 Salvador naquele período, encaminhou uma carta à **Presidenta Dilma Rousseff** e a outras
741 autoridades, cobrando prioridade para o enfrentamento da violência e da discriminação por
742 orientação sexual e identidade de gênero. A **Conselheira Goretti** citou os estudos do Grupo Gay
743 da Bahia - GGB sobre os assassinatos de homossexuais no Brasil, únicas fontes de dados
744 disponíveis sobre o assunto. Os assassinatos de lésbicas representam 3% do total dos crimes
745 homofóbicos no país. Ela apresentou outros dados, demonstrando que 14 lésbicas foram mortas em
746 2012 e o Nordeste foi a região onde ocorreu a maior parte dos crimes: 5 na Bahia, 5 na Paraíba, e 2
747 no Piauí; os demais ocorreram em Santa Catarina (2 assassinatos) e um caso em Manaus. São Paulo
748 é considerada a cidade mais homofóbica. A Conselheira defende a necessidade de estatísticas e
749 registros desses crimes, o que considera uma obrigação do governo – "o Brasil ocupa o
750 vergonhoso primeiro lugar no *ranking* de assassinatos de homossexuais". Na sua avaliação, são
751 todos crimes hediondos, de ódio, "praticados com arma de fogo, arma branca, foice, machado. Por
752 espancamento, pauladas e pedradas, enforcamentos; constam, ainda, afogamentos, atropelamentos
753 e carbonização; degolamentos, violência sexual, asfixiamento e tortura". Segundo os dados, os
754 crimes são praticados por ex-companheiros, maridos, amantes, a mando de parentes, pela
755 companheira e por envolvimento com drogas. "*Então nós, da Liga Brasileira de Lésbicas, que*
756 *somos uma articulação de expressão política de lésbicas e bissexuais,repudiamos a conjuntura que*
757 *permitiu tal escalada de violência a partir de expressões verbais e psicológicas, assim como*
758 *repudiamos a ausência específica da criminalização da homofobia, através da aprovação da PL*
759 *122, e declaramos nossa solidariedade a todas as famílias atingidas. Nós apoiamos em especial a*
760 *companheira Daiana, uma representante lésbica educadora da Universidade do Paraná , assim*
761 *como Léo Ribas, representante da LBL no Conselho Nacional de Direitos LGBT, que estão*
762 *sofrendo ameaças constantes desde o dia 18 de outubro. E demandamos providências do Governo*
763 *Federal e da Secretaria de Políticas para as Mulheres,como também para o Conselho Nacional*
764 *dos Direitos da Mulher, porque entendemos que lesbofobia e violência contra a mulher são*
765 *crimes"* . Em nome da Liga, traz duas propostas: solicitando o posicionamento do CNDM frente
766 aos casos expostos e prioridade para o enfrentamento da discriminação por orientação sexual e por
767 identidade de gênero. A segunda proposta refere-se à retomada do **GT9**, focado nas políticas contra
768 o racismo e a lesbofobia. A Conselheira informa que as fontes do Relatório estão disponíveis no
769 site "Quem a homofobia matou hoje?". A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira** solicita à
770 **Conselheira Goretti** que lhe envie os dados apresentados para serem divulgados e comenta a
771 brutalidade dos crimes, "frutos da profunda misoginia presente nas cidades brasileiras". A
772 Secretária informa, ainda, que o Eixo 9 da edição anterior do PNPM foi mantido na edição atual, da
773 mesma forma. Propõe que se dê prioridade à questão dos assassinatos de lésbicas no plano, uma
774 questão a ser colocada em discussão. **Rosângela Rigo** , **Diretora da SAIAT**, pede a palavra para
775 dar um informe sobre o esforço que o Governo vem fazendo para incluir a questão lésbica em suas
776 várias políticas, citando: a) a construção da Política Nacional LGBT; b) Política Nacional de Saúde
777 LGBT; c) grupos temáticos para mulheres lésbicas, organizado pelo Ministério da Saúde. No
778 enfrentamento à violência, no **GT da Notificação Compulsória**, houve grande discussão sobre a
779 identificação e orientação sexual, como também a formação para profissionais da saúde para que
780 possam atuar sem reafirmar preconceitos. Também no serviço **180**, onde a SPM está trabalhando

781 numa reorganização, incluindo a capacitação das atendentes para o acolhimento e escuta para a
782 violência contra as mulheres lésbicas. Em relação ao caso da Bahia, a Diretora informou que
783 **Lourdes, Coordenadora da Diversidade**, estivera em Salvador na semana anterior, para o
784 Encontro nacional e ao mesmo tempo, para atender a uma solicitação da **Secretaria da Mulher**,
785 que está trabalhando no enfrentamento à violência e convocara a SPM para discutirem esses casos,
786 atendendo à demanda do movimento de mulheres, em especial de mulheres lésbicas da Bahia.
787 Informou ainda que já se reuniram com as Secretarias de Estado da Bahia e que uma das ações da
788 Campanha “Compromisso e Atitude”, na Bahia, será dar mais celeridade aos projetos e processos
789 que envolvam violência contra as mulheres lésbicas. Todos os casos virão para as Ouvidorias da
790 SPM e da SDH, para que possamos acionar os poderes e vários serviços. Importante divulgar que a
791 **Vera Lúcia, Secretária da Mulher da Bahia** tomou isso como uma responsabilidade e também
792 para informar a primeira reunião com as mulheres lésbicas, para apresentar a Coordenadoria e
793 discutir as políticas em curso. A **Conselheira Marilda** (CNP) fala a seguir, informando que lera o
794 documento citado pela **Conselheira Goretti** e o achou muito importante, apontando ações
795 concretas para as questões raciais e referentes às mulheres lésbicas. Propõe o retorno do GT9 para
796 2013. Informa que no **Conselho Nacional de Psicologia** também estão discutindo as identidades
797 Trans – a despatologização dessas identidades – e que a resolução de 1999, que foi distribuída ao
798 CNDM, está sendo ameaçada por um projeto que tramita no Congresso e pode sustá-la. A
799 Conselheira diz que o Conselho Nacional de Psicologia tem posição firme nesse sentido e pede o
800 apoio do CNDM não só ao Manifesto apresentado por **Goretti**, mas também que possa se
801 posicionar nessa luta e participar da discussão das identidades Trans e do protocolo que está em
802 discussão no **Ministério da Saúde**. A Conselheira apresenta para o plano de 2013 duas propostas:
803 uma, que o CNDM se posicione de imediato sobre o manifesto e que dê o seu apoio ao CNP; a
804 segunda, em relação ao eixo da lesbofobia, sem perder a transversalidade com a questão racial e do
805 sexismo. Ambas as propostas são postas em votação. A primeira foi aprovada, com o
806 encaminhamento para que Goretti e Marilda redigissem o texto em nome do CNDM para ser
807 enviado aos órgãos competentes e divulgado na Internet. A segunda proposta também foi aprovada,
808 com a decisão de que a discussão sobre como seria a sua inserção e funcionamento (se vinculado
809 ao CNDM, ou à SPM), ficaria para a próxima reunião do Conselho, como ponto de pauta. Em
810 seguida, fala a **Conselheira Glória**, destacando alguns pontos a serem considerados nos casos dos
811 assassinatos das mulheres lésbicas: a desqualificação da vítima; considerar que a investigação é
812 feita para obter resultados no máximo em dois anos – e que nesse período as provas vão
813 desaparecendo; verificar se existe um grupo por trás, porque hoje há o agravamento da pena para
814 grupos de extermínio. A Conselheira reitera seu apoio à proposta votada e recomenda que a
815 solidariedade do CNDM seja divulgada no *site*, como forma de pressão, “porque é mais um caso
816 que, não solucionado, vai acabar na Costa Rica, na **Comissão Internacional**”. A **Conselheira**
817 **Goretti** comenta as propostas apresentadas e cumprimentando a SPM por suas iniciativas na Bahia,
818 em relação aos assassinatos, reforça que essas sejam compartilhadas com o movimento social,
819 convidando-o para as definições das políticas públicas. Ela levanta um segundo ponto em relação
820 às denúncias e documentos enviados ao Governo, à SPM, afirmando que “nada mudou, nada
821 aconteceu” e se diz preocupada com o silêncio desses espaços importantes. Em relação aos
822 encaminhamentos propostos, a **Conselheira Magali** (Casa Civil) declara que não se sente à
823 vontade para votar o documento apresentado pelo Conselho de Psicologia – de repúdio ao projeto
824 legislativo em tramitação no Congresso. Entende que, como representante da Casa Civil, teria que
825 inteirar-se do conteúdo do projeto. Solicita-se à **Conselheira Marilda** que leia a Moção de
826 Repúdio posta em votação. A **Conselheira Magali** justifica a sua posição, explicando que uma das
827 suas funções na Casa Civil é analisar e dar Pareceres sobre Projetos de Lei, mas entende que nada
828 impede o CNDM de aprovar a Moção. A questão foi debatida, prevalecendo o argumento de que o
829 CNDM apoia a manutenção da Resolução de 1999 do Conselho Nacional de Psicologia e defende
830 que o Legislativo não pode interferir em decisões internas das categorias sócio-profissionais.
831 **Ponto de Pauta: Informes das Câmaras Técnicas - a) Câmara Técnica de Legislação e**
832 **Normas** – a Conselheira [não identificada na gravação] faz um pequeno histórico desde a criação
833 da Câmara Técnica e apresenta os pontos debatidos: o Código Penal; o projeto do trabalho
834 doméstico; a Reforma Política e o PL da Igualdade de Gênero. Em relação às empregadas
835 domésticas, propõe-se o envio de uma carta parabenizando a Deputada **Benedita da Silva** por seu
836 Relatório e à Comissão Especial pela aprovação do Projeto. Também foi proposta mobilização para

837 a aprovação da PEC. Quanto ao PL da Igualdade de Gênero, informa-se que este já havia passado
838 por todos os trâmites na Câmara dos Deputados e se propõe o envio de uma carta ao Presidente
839 Marcos Maia para que coloque a votação do PL em pauta de urgência. **A Presidenta, Ministra**
840 **Eleonora**, propõe uma metodologia para a apresentação dos Informes das Câmaras Técnicas, com
841 os encaminhamentos sendo votados ao final de cada apresentação. Assim, aprovou-se a decisão de
842 enviarem as cartas ao Congresso, no prazo máximo de 15 dias. **b) Câmara de Planejamento e**
843 **Orçamento – Conselheira Rosário (MPOG)** inicia com informes sobre a reunião realizada na
844 parte da manhã com representantes da Câmara de Monitoramento do PNPM e a Conselheira Graça
845 Costa, na qual fora tratada a necessidade da presença do **CFEMEA** e do **INESC** para apresentarem
846 a sua metodologia de acompanhamento do Orçamento Mulher. Em seguida, a Conselheira falou
847 sobre o Encontro Interconselhos, ocorrido no período de 7 a 9 de novembro de 2012, e assinalou a
848 ausência do CNDM. No Encontro, foi decidido que a sociedade civil irá monitorar as agendas
849 transversais. O primeiro Relatório deverá ser apresentado em julho de 2013 e o Governo abriu a
850 possibilidade de monitoramento de alguma meta específica, a ser acrescentada à agenda
851 transversal. A Conselheira informa, ainda, que fez um levantamento pelo qual constatou que cerca
852 de 93% das ações do PNPM estão contempladas no PPA. Como encaminhamento, a Conselheira
853 Rosário propõe que, caso seja confirmada a próxima Reunião Ordinária para os dias 20 e 21 de
854 fevereiro, a Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento se reúna com a de Monitoramento do
855 PNPM, para discutirem as prioridades elencadas pelos órgãos e o seu rebatimento no PPA. **A**
856 **Ministra Eleonora** propõe agendar a vinda do **CFEMEA** para a próxima reunião, em fevereiro, e,
857 lamentando a ausência do CNDM no Encontro Interconselhos, consulta o pleno sobre se seria
858 definida ali, uma titular e uma suplente para participarem do Fórum, ou se a decisão ficaria a cargo
859 da Coordenação Política do CNDM. **A Conselheira Rosário** informa que a Secretaria Geral da
860 Presidência havia destinado 7 (sete) vagas para o CNDM e que, anteriormente, havia se decidido,
861 na lista, que as vagas seriam ocupadas pelas 4 representantes da Câmara Técnica de Planejamento
862 e Orçamento e pelas três Presidentas das demais Câmaras Técnicas. **A Ministra Eleonora** indaga
863 se as Conselheiras indicadas teriam disponibilidade de tempo para manter a representação. Como
864 nem todas estavam presentes naquele momento, a Ministra propôs que o assunto voltasse para a
865 lista, com vistas à confirmação ou substituição desses nomes, para a próxima reunião de julho de
866 2013. **Câmara de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – A**
867 **Conselheira representante [não identificada na gravação]** – inicia comunicando que 3
868 representantes da sociedade civil estiveram ausentes da reunião da Câmara Técnica. Informa que
869 estão aguardando a publicação do PNPM para uma análise das prioridades e acesso ao PPA. A
870 Conselheira aponta a necessidade de uma reunião conjunta com a Câmara de Planejamento e
871 Orçamento e que possam “caminhar lado a lado com as reuniões do Comitê de Monitoramento do
872 Plano”, para que possam subsidiar também as intervenções na reunião do Conselho, possibilitar o
873 controle e melhorar a dinâmica da reunião da Câmara. A Conselheira propõe que a reunião da
874 Câmara ocorra logo após a do Comitê de Monitoramento do Plano, casando com a do Conselho,
875 sempre que possível. Por último, a Conselheira mencionou a demanda da SAIAT/SPM, para que a
876 Câmara realizasse o levantamento ou atualização do número dos Conselhos Municipais existentes
877 nos últimos 2 anos, destacando os que surgiram e os que deixaram de existir – atendendo ao
878 objetivo 0935 do PPA. **Rosângela Rigo, Diretora da SAIAT**, explica que no PPA existe a meta
879 de ampliação em 50% do número de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, mas que existe
880 uma dúvida quanto à data de referência – seria a de 2009, quando foi feito o levantamento da
881 MUNIC/IBGE, que apontou a existência de 594 Conselhos, ou seria outra data, apontada pelo
882 PPA? **A Conselheira Marilda** propõe que em 2013 se faça um diagnóstico mais aprofundado
883 sobre a existência e o funcionamento dos Conselhos. **A Ministra Eleonora** responde que existe um
884 diagnóstico, mas que o nível de detalhamento proposto pela Conselheira é impossível (número de
885 integrantes, de reuniões, entre outros). A Ministra diz que não há marco legal que nos permita
886 intervir na criação e no funcionamento desses Conselhos, assim como nas **DEAMs**. **A Secretária**
887 **Tatau Godinho** informa que a SPM tem tentado fazer esse diagnóstico por diversos caminhos,
888 incluindo um Acordo de Cooperação com o IBGE para levantar os organismos de mulheres nos
889 municípios. Os dados ainda são discutíveis, até pelo desconhecimento sobre o que são os
890 organismos de mulheres - “o Prefeito acha que a delegacia é um organismo de políticas para
891 mulheres”. Os números que usamos, mais confiáveis, são levantados pela SAIAT, checando caso a
892 caso. Seguiu-se um debate sobre a questão dos limites entre as funções dos Conselhos e dos

893 Organismos de Políticas para as Mulheres, no qual se assinalou o papel dos Conselhos que, ao
894 longo da sua história, assumiram responsabilidades na condução de políticas públicas, e também
895 foi destacada a diversidade dessas instâncias (Conselhos e Organismos) na sua estrutura e
896 funcionamento. A meta de ampliação em 50% do número de Conselhos foi questionada,
897 defendendo-se a idéia de que seria importante o seu fortalecimento, mais do que a ampliação
898 quantitativa. Uma representante da SPM [não identificada na gravação] explica que na elaboração
899 do PPA, em 2011, as metas relacionaram-se aos Planos nacionais e o PNPM estava em vigor.
900 Afirma que o controle social para nós é importante e que “a idéia é consolidar, com uma maior
901 institucionalidade, uma proposta que, obviamente, será discutida com este Conselho”. **A Ministra**
902 **Eleonora** defende que a proposta seja de consolidar, mas também de ampliar o número de
903 Conselhos, por sua importância. **Ponto de Pauta: Calendário para 2013** – a) Reuniões
904 Ordinárias: Fevereiro: dias 20 e 21; Maio: dias 20 e 21; Agosto: dias 22 e 23; Novembro: dias 28 e
905 29; b) as Câmaras Técnicas deverão reunir-se pela manhã e a Reunião Ordinária começará no
906 período da tarde. **Ponto de Pauta: Discussão Política – resultado das eleições** – Pergunta-se em
907 que medida os Conselho influíram nos resultados das eleições, na votação das mulheres. Cita-se o
908 caso de São Paulo, ressaltando-se a ausência do movimento das mulheres na campanha eleitoral em
909 prol das mulheres, reconhecendo-se que tenham trabalhado pela vitória de Haddad. Considera-se
910 importante pautar essa discussão para a próxima reunião, destacando-se o papel político dos
911 Conselhos, para os direitos da mulher não ficarem como “uma coisa separada do conjunto da
912 sociedade”. Outro ponto central para a discussão a ser feita no Conselho, levantado pela
913 **Conselheira Justina**, é a “luta de idéias” que está em curso na sociedade, expressa no avanço do
914 conservadorismo e do individualismo, e pergunta a Conselheira até que ponto estamos sabendo
915 lidar com esse processo. **Encaminhamentos para a próxima reunião:** em virtude da exiguidade
916 de tempo e da insuficiência de quorum para uma discussão maior, **foram elencados os seguintes**
917 **pontos de pauta para a próxima reunião:** a) **discussão dos resultados das eleições;** b) **os**
918 **direitos da mulher e as temáticas específicas, como a violência contra a mulher;** c)
919 **apresentação das prioridades elencadas pelos Ministérios no Comitê de Monitoramento do**
920 **Plano;** d) **indicação de nome para presidir a Coordenação Política do CNDM – a ser definido**
921 **e divulgado por meio da lista.** Antes do encerramento da reunião foi apresentado pelas
922 **Conselheiras Goretti e Marilda Castelar**, o **Manifesto do CNDM** (que contou com a
923 colaboração da **Conselheira Jacqueline Pitanguy**), de repúdio aos ataques lesbofóbicos sofridos
924 por **Degeane Ferreira de Lima** e **Daiane Almeida dos Santos**, e por **Laís Fernanda dos Santos** e
925 **Mayara Dias de Jesus**, em Salvador, bem como de apoio e solidariedade às professoras **Daiana**
926 **Bruneto**, **Leo Ribas**, **Daniela Auade**, **Cláudia Alane** e **Eide Paiva**, “que sofreram e sofrem
927 lesbofobia, no âmbito da academia”. Após a leitura do documento, a **Ministra Eleonora** sugeriu
928 que se iniciasse com um posicionamento claro do CNDM contra qualquer forma de preconceito e
929 contra a lesbofobia. Algumas Conselheiras defenderam que se fundamentassem mais os fatos, com
930 dados referentes à sua ocorrência, embasando mais a posição do Conselho. Discutiu-se, ainda a
931 conveniência da inclusão dos nomes das professoras universitárias perseguidas e discriminadas,
932 argumentando-se que poderiam ficar mais expostas e vulneráveis. A **Conselheira Goretti** defende
933 a manutenção dos termos do Manifesto, argumentando que este se baseia em fatos amplamente
934 divulgados e que teriam o aval das professoras vítimas de lesbofobia. As duas propostas foram para
935 votação (buscando-se o consenso), ganhando a segunda – defendida pela **Conselheira Goretti** –
936 com a ressalva da necessidade de inclusão da introdução ao documento, proposta pela Ministra
937 Eleonora. As Conselheiras **Magali e Rosário** posicionaram-se contra a inclusão dos nomes das
938 professoras. Ao final da discussão sobre o assunto, a Conselheira Goretti reafirmou a importância
939 do apoio do CNDM e propôs que se reformulasse o parágrafo, excluindo-se o nome das
940 professoras, “mas referendando, reafirmando a lesbofobia nas academias, nos espaços
941 institucionais”. Em seguida foi aprovada a Nota a favor do Conselho Nacional de Psicologia, em
942 apoio à Resolução de 01/1999, “que estabelece normas de atuação para os psicólogos e psicólogas,
943 em relação à questão da orientação sexual, que se constitui em importante marco legal luta contra a
944 patologização da homossexualidade no Brasil.” Deu-se por encerrada a 11ª Reunião Ordinária do
945 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Próxima Reunião agendada para os dias 20 e 21 de
946 fevereiro de 2013.

